Capixabas divergem sobre 'Solidariedade dar ou não esmolas

Ato de caridade ou coação? A prática da mendicância chama a atenção da sociedade

ADRIANA MENEZES

Vender balas, frutas, olhar carros ou simplesmente pedir. Não importa o modo como as pessoas, incluindo crianças e adolescentes, que não possuem um meio de sustento, agem para conseguir dinheiro. O fato é que a prática da mendicância tem se estendido em todos os lugares e chamado a atenção da população e das autoridades. Apesar das campanhas alertando a população sobre o lado negativo da doação de esmolas, que acaba incentivando a vinda de mais pedintes para a rua, algumas pessoas defendem o ato de caridade. Outras admitem que acabam sendo coagidas a deixar "um trocado" a favor do aparente sossego de poder estacionar um carro, lanchar em paz ou até mesmo tomar um ônibus.

Muitos não têm vergonha de dizer que não agem movidos pela caridade, e sim pelo medo de sofrer represálias dos pedintes. Esse é o caso da aposentada Ivana Almeida, de Colatina, que passa férias em Vila Velha. "Tenho medo de negar e ser agredida, principalmente se estou sozinha", admite.

Algumas pessoas, no entanto, justificam-se dizendo que encontram na atitude de dar esmolas uma maneira de ajudar o próximo, seguindo os ensinamentos religiosos. O ex-pedinte Felismino de Souza, de 67 anos, afirma que contribui com os mais necessitados sempre que pode. Morador de Serra Dourada III, ele diz



Solimar deixou esmolas com uma senhora que segurava uma adolescente. 'Levo em conta o evangelho, já que o ato de caridade enobrece o ser humano'

ineficaz' preocupa prefeituras

Classificada de "solidariedade ineficaz" pelos assistentes sociais, além de estimular a exploração do trabalho infantil, a esmola atrai crianças e principalmente adolescentes para uma situação de risco pessoal e social grave. De um lado as prefeituras tentam elaborar e criar programas para erguer uma estrutura pública, com retaguarda física em casas lares, e lutam para sustentar projetos de ressocialização e capacitação. De outro, a falta de integração das ações na área metropolitana - que concentra 52% da população do Estado -, aliada à dificuldade de levantar recursos, tornam-se grandes obstáculos para estabelecer uma ação definitiva de combate à permanência de crianças e adolescentes nas ruas.

Além disso, as assistentes sociais ressaltam que é necessário que as próprias vítimas concordem em trocar as ruas por uma vida árdua de trabalho e disciplina, o que nem sempre acontece. Nas secretarias de Ação Social dos municípios da região da Grande Vitória há um discurso unânime de que as ações para combater a situação devam ser unificadas, mas na prática pouco tem sido feito para que a idéia da integração das ações se concretize.

Um levantamento feito pela Prefeitura de Vitória aponta que apenas um terço das crianças que ficam nas ruas da capital é de Vitória. Na avaliação da secretária de Ação Social de Vitória, Wânia Malheiros, a criação de uma política pública integrada no combate à permanência de crianças e adolescentes nas ruas é fundamental. Ela não descarta a ajuda do Governo estadual no processo de integração.

"Em 1997 tentamos mobilizar os outros municípios para estabelecer um fórum de discussão sobre a criança e o adolescente. Lembro-me que das cinco reuniões, poucos municípios compareceram: Vila Velha só veio uma vez e outras mandavam representantes", comenta. Como a iniciativa não foi à frente, a solução encontrada pela secretária foi incluir a questão da criança e do adolescente de rua na pauta do Fórum de Prefeitos da Grande Vitória. "Todos os secretários de Ação Social são parceiros na resolução deste problema, mas é preciso que as pessoas saibam da necessidade de formação de ações integradas, urgentemente", observa.

De acordo com a secretária de Estado da Secretaria de Trabalho e Ação Social (Setas), Maria Helena Ferreira, o primeiro passo para a integração já está sendo dado. Em uma reunião com os representantes de todas as secretarias de Ação Social, marcada para o próximo dia 17 de fevereiro, as prefeituras poderão expor as atividades desenvolvidas na área social onde os trabalhos bem sucedidos serão implantados no Estado.

"Para cumprir a carta de compromisso - assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) -, todos os Estados terão que erradicar a exploração do trabalho infantil por meio do Programa de Erradicação de Trabalho Infantil (Peti). A medida também servirá para combater a presença dos menores nas ruas", prevê.

O primeiro município a ser beneficiado com o Peti foi Baixo Guandu. A secretária afirma que a Setas está realizando um levantamento para identificar as áreas de risco social, onde existam crianças e adolescentes que trabalham como ambulantes, flanelinhas, catadores de lixo ou em carvoarias. O Governo estadual vai coordenar as ações e repassar a verba para as prefeituras, mas a responsabilidade de executar o programa será de cada município, segundo informou a coordenadora estadual do Peti e assistente social, Elizeth dos Anjos.

no de Souza, de 67 anos, afirma que contribui com os mais necessitados sempre que pode. Morador de Serra Dourada III, ele diz que a compaixão das outras pessoas ajudou-o a tratar da tuberculose e lhe deu uma profissão. "Quando era mais novo eu pedia esmolas dizendo pelo amor de Deus que não era mentira e não

Depois de deixar as ruas, seu Felismino tornou-se pastor e afirma que, no caso das crianças pedintes, o erro está nas famílias que as enviam para as ruas e nas autoridades que não enfrentam o

tinha como trabalhar porque a tuberculose não deixava", recorda.

Solimar deixou esmolas com uma senhora que segurava uma adolescente. 'Levo em conta o evangelho, já que o ato de caridade enobrece o ser humano'

problema de uma forma definitiva. Para a dona de casa Sheila Mara Gonçalves Terci, de 24 anos, moradora do bairro Feu Rosa, na Serra, a esmola é válida somente no caso de pessoas idosas. "Muitos homens fortes e mulheres com saúde aparecem na minha casa pedindo dinheiro, mas eu não dou. Eles preferem pedir a encarar um trabalho", comenta.

A moradora de Vila Velha Izanete Sarmento de Souza diz que não dá esmola "para qual-

quer um". Abordada em seu carro enquanto comprava um doce de uma senhora acompanhada pelos netos, em Vitória, Izanete disse que avalia a situação. "Depende do caso. Esta senhora, por exemplo, parece que realmente passa necessidades", disse.

Enquanto descia a escadaria Maria Ortiz, no centro de Vitória, a professora Solimar do Nascimento parou e deixou esmolas com um senhor idoso e, mais à frente, colocou algumas moedas

na caixa deixada por uma senhora que segurava uma adolescente, aparentemente com problemas mentais. "Levo em conta o evangelho, já que o ato de caridade enobrece o ser humano", justificou-se. A professora não concorda que as doacões funcionam como um chamariz. "Será que estas pessoas que estão nas ruas, tomando chuva e sol e esmolando todo o dia estão aqui porque querem? Não acredito nisso", comentou.

Educação para ressocialização

Atraídas pela aparente "vida fácil" proporcionada nas ruas, muitas crianças, sobretudo aquelas que enfrentam algum tipo de problema familiar, como violência ou desemprego dos pais, iniciam a atividade de "pedintes". Além do risco social, a preocupação maior está no contato com a marginalidade a que as crianças estão expostas. Para evitar que esse processo continue, algumas prefeituras da Grande Vitória criaram programas para ressocialização dos menores pedintes. Na Serra, o ambiente escolar tornou-se um aliado no trabalho de atendimento às crianças e adolescentes que estão em situação de risco social. De acordo com a secretária de Ação Social do município, Sueli Vidigal, os programas "-Mãos à terra" e "Esporte Cidadão" combatem a evasão escolar e a repetência, oferecendo atividades esportivas para ocupar o tempo ocioso das crianças, evitando que elas procurem a rua. "As crianças selecionadas são as que apresentam dificuldades no aprendizado ou que possuem vida familiar complicada, propensas a se transforma-

 rem em meninos de rua", explicou. Em Vitória, a PMV lançou uma campanha antiesmola que é um dos objetivos do Rede Criança. O projeto é uma parceria com o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Concav). Após a primeira etapa do programa, que teve início em dezembro, a secretária de Ação Social de Vitória, Wânia Malhei-



Rede Criança: menos 61% de menores nos sinais de Vitória em janeiro deste ano, segundo a prefeitura

ros, garante que a adesão superou as expectativas. "Tenho alguns indicadores dessa adesão. Depois da campanha, a cada dez carros um ainda dá esmola às crianças. O nosso ponto de observação é o semáforo do McDonald's, na Praia do Canto", disse.

Wânia acrescenta ainda que foi constatada a presença de 61% a menos de crianças nos sinais de Vitória em janeiro deste ano em relação ao último trimestre de 99. Quando questionada sobre a presença de crianças e adolescentes no centro de Vitória ou as que atuam como flanelinhas, a secretária afirmou que elas não são o público alvo da campanha. "Os menores infratores são alvo do Juizado de Menores", observou.

Em Cariacica, onde a concentração de crianças pedintes é maior nos bairros Itacibá e Campo Grande, a assessoria de imprensa informa que a Secretaria de Ação Social está instalando um programa de Assistência ao Menor no bairro Tucum. No conjunto Retiro Saudoso, a idéia é atender 600

crianças e adolescentes, com idades entre 7 e 14 anos, com atividades escolares integradas em oficinas de trabalhos manuais e educação esportiva. Por enquanto, os projetos estão no papel.

Tá os assistentes sociais de Vila Velha realizam uma abordagem nas ruas para posteriormente levar as crianças para o Programa Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente, em regime de abrigo. O trabalho é feito em parceria com a Promotoria, Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Segundo o secretário de Ação Social de Vila Velha, Marcos Giovani Correia Felix, o programa acompanha desde a abordagem do menor nas ruas até a sua família. "Nesta fase, identificamos o motivo pelo qual as crianças estão nas ruas. Muitas são filhos de traficantes, outras apanham. O objetivo final do trabalho é que as crianças e adolescentes voltem à família. Antes, no entanto, o menor passa por estágios de ressocialização na Casa Educativa, situada na Praia da Costa. Atualmente o local atende 10 crianças.

Em um segundo momento, o grupo passa para a Casa Lar, situada em Itaparica e que hoje ajuda 12 crianças. Todo o trabalho é feito em parceria com igrejas e outras entidades. Como resultado de todas as atividades, Giovani comenta que o grupo tem conseguido devolver à convivência familiar cerca de 10 crianças por ano. "É um trabalho difícil e só a abordagem dura pelo menos 4 meses", comenta.

bre a criança e o adolescente. Lembro-me que das cinco reuniões, poucos municípios compa-

cada município, segundo informou a coordenadora estadual do Peti e assistente social, Elizeth dos Anjos.



Na Casa Educativa, na Praia da Costa, o menor passa por estágios de ressocialização

Serra e Vila Velha defendem integração

A integração das secretarias de Ação Social da Região Metropolitana também é defendida pelas secretarias de Ação Social da Serra e de Vila Velha. A secretária da Serra, Sueli Vidigal, afirma que só uma ação conjunta pode resolver o problema. "Os pedintes que residem na Serra se deslocam para Vitória devido à proximidade. Por isso, as secretarias têm que receber apoio mútuo. Não temos uma grande população de rua na Serra e atualmente trabalhamos em parceria com uma casa lar. que monitora 30 adolescentes em situação de risco social", aponta. A secretaria também realiza um trabalho com meninos evadidos das escolas, em Vila Nova de Colares, e atua com outros projetos que indiretamente ajudam a impedir a ida das crianças e adolescentes para a rua.

Além de defender a iniciativa, a secretária afirma que outra forma eficaz de combater o surgimento de pedintes é a criação de um programa de geração de emprego e renda, capacitando a mão-de-obra. "É uma forma preventiva de atuar no combate à mendicância". Na avaliação do secretário de Vila Velha, Marcos Giovani Correia Félix, a integração ajudaria a identificar a "indústria" de exploração dos

menores. "As crianças que vendem balas ou estão nas ruas pedindo têm incentivos dos adultos que as exploram", denunciou. Ele defende a elaboração de um projeto metropolitano onde cada município daria a contrapartida de acordo com as suas condições. "Vila Velha é três vezes maior que Vitória e arrecada seis vezes menos impostos. Nunca haverá um êxito se as ações não forem integradas", avalia. Durante uma semana, a reportagem de A GAZETA tentou entrar em contato com a secretária de Ação Social de Cariacica, Leonor Fernandes, para obter sua opinião sobre o assunto. De acordo com funcionários, toda a equipe encontra-se de férias.